

Assunto: Encaminha, para conhecimento do Conselho Superior, Declaração de conclusão do curso de Mestrado em "Direitos Humanos e Cidadania", bem como sua dissertação de defesa junto à Universidade de Brasília – UNB, no período de agosto de 2014 a agosto de 2016.

2.5. Requerimento Nº 3340/2017 – Ref. Processo nº 022/2017-MP/CSMP – Edital 016/2016-MP/CSMP

Interessada: Dra. Francisca Paula Morais da Gama – Promotora de Justiça

Assunto: Solicita a complementação das informações que constam de sua inscrição ao certame de promoção voluntária à 2ª entrância – pelo critério de merecimento, para o cargo de 1ª PJ de Monte Alegre.

2.6. Requerimento Nº 3409/2017 – Ref. Processo nº 066/2017-MP/CSMP – Edital 048/2016-MP/CSMP

Interessada: Dra. Francys Lucy Galhardo do Vale – Promotora de Justiça

Assunto: Solicita a complementação das informações que constam de sua inscrição ao certame de promoção voluntária à 2ª entrância – pelo critério de antiguidade, para o cargo de 2ª PJ Criminal de Parauapebas.

2.7. Requerimento Nº 3410/2017 – Ref. Processo nº 059/2017-MP/CSMP – Edital 046/2016-MP/CSMP

Interessada: Dra. Francys Lucy Galhardo do Vale – Promotora de Justiça

Assunto: Solicita a complementação das informações que constam de sua inscrição ao certame de promoção voluntária à 2ª entrância – pelo critério de antiguidade, para o cargo de PJ de Rondon do Pará.

2.8. Requerimento Nº 5125/2017 – Ref. Processo nº 002/2017-MP/CSMP – Edital 055/2016-MP/CSMP

Interessado: Dr. João Batista de Araújo Cavaleiro de Macedo Júnior – Promotor de Justiça

Assunto: Solicita a complementação das informações que constam de sua inscrição ao certame de remoção voluntária na 2ª entrância – pelo critério de merecimento, para o cargo de 3ª PJ de Barcarena.

2.9. Requerimento Nº 5126/2017 – Ref. Processo nº 004/2017-MP/CSMP – Edital 05/2016-MP/CSMP

Interessado: Dr. João Batista de Araújo Cavaleiro de Macedo Júnior – Promotor de Justiça

Assunto: Solicita a complementação das informações que constam de sua inscrição ao certame de remoção voluntária na 2ª entrância – pelo critério de merecimento, para o cargo de PJ de Igarapé-Miri.

2.10. Requerimento Nº 5127/2017 – Ref. Processo nº 046/2016-MP/CSMP – Edital 038/2016-MP/CSMP

Interessado: Dr. João Batista de Araújo Cavaleiro de Macedo Júnior – Promotor de Justiça

Assunto: Solicita a complementação das informações que constam de sua inscrição ao certame de remoção voluntária na 2ª entrância – pelo critério de merecimento, para o cargo de PJ de Moju.

3. Julgamento de Processos

3.1. Processos de Relatoria da Conselheira Rosa Maria Rodrigues Carvalho:

3.1.1. Processo nº 002317-477/2016

Requerente(s): T.B.M. / M.J.B.B.

Requerido(s): Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar a qualidade do atendimento dispensado pela Secretaria de Estado de Saúde a paciente idosa, que necessitaria de leito em UTI de Hospital para tratamento de Hemodiálise

3.1.2. Processo nº 003248-477/2015

Requerente(s): A.M.C.S. / M.L.S.S.

Requerido(s): Em Apuração

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar denúncia de possível abandono da idosa M.L.S.S., a qual não tem familiares e precisa de vaga em instituição de acolhimento para idosos

3.1.3. Processo nº 002334-477/2016

Requerente(s): T.V.R.

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar a falta de atendimento médico a pessoa idosa e pessoa com deficiência

3.1.4. Processo nº 003585-477/2015

Requerente(s): L.S.S.

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar a qualidade do atendimento dispensado pela Secretaria de Saúde de Ananindeua à paciente idoso, que necessitaria realizar exames de Ressonância magnética do crânio e Mapa 24 horas

3.1.5. Processo nº 001131-477/2015

Requerente(s): L.M.M.P. / L.C.C.

Requerido(s): G.R.M.

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar situação de possível abandono familiar perpetrado contra a idosa L.C.C.,

3.1.6. Processo nº 003171-477/2015

Requerente(s): M.L.F.S.

Requerido(s): R.O.S.

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar situação de vulnerabilidade social envolvendo pessoa com transtorno mental

3.2. Processos de Relatoria do Conselheiro Francisco Barbosa de Oliveira:

3.2.1. Processo nº 000335-940/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em apuração

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar indícios de ato de improbidade administrativa relativos ao emprego irregular de área pública cedida pela União ao Município de Marabá.

3.2.2. Processo nº 000196-012/2015

Requerente(s): Ministério Público Federal

Requerido(s): A Coletividade

Origem: PJ de Inhangapi

Assunto: Apurar a existência de Plano Municipal de Educação no Município de Inhangapi.

3.2.3. Processo nº 000160-151/2014

Requerente(s): PJ de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social

Requerido(s): Governo do Estado do Pará

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público E da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar suposta cobrança de taxa para realização de cadastro nos programas "Cheque Moradia" e "Minha Casa Minha Vida", no Centro Comunitário Santos Dumont.

3.2.4. Processo nº 000045-012/2016

Requerente(s): A Coletividade

Requerido(s): Em apuração

Origem: PJ de Juruti

Assunto: Apurar possíveis irregularidades cometidas no processo de escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de Juruti

3.2.5. Processo nº 000036-012/2016

Requerente(s): A Coletividade

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Terra Alta, Prefeitura Municipal de Curuçá

Origem: PJ de Curuçá

Assunto: Apurar as providências tomadas pelas Prefeituras, a fim de implementar o Plano Municipal de Educação, em cumprimento à lei nº 13.005/2014

3.2.6. Processo nº 000420-921/2015

Requerente(s): Promotoria de Justiça Criminal

Requerido(s): Estado do Para - Superintendência do Sistema Penal do Pará

Origem: 1º PJ Criminal de Abaetetuba

Assunto: Acompanhar e fiscalizar os trabalhos a serem desenvolvidos pelo Grupo de Intervenção junto ao Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba - CRRAB.

3.3. Processos de Relatoria da Conselheira Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo:

3.3.1. Processo nº 000039-012/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Frigorífico São Francisco Ltda.

Origem: PJ de Salvaterra

Assunto: Apurar denúncia de possível utilização de licença vencida, e captação de água subterrânea sem outorga.

3.3..2. Processo nº 000070-012/2016

Requerente(s): A sociedade

Requerido(s): Poder Público Municipal

Origem: 3º PJ de Capanema

Assunto: Apuração sobre as condições precárias de funcionamento da Escola Municipal de Ensino Fundamental D-30, localizada na comunidade de Igarapé Apara, zona rural do Município de Capanema/Pa.

3.3.3. Processo nº 000451-112/2015

Requerente(s): C.A.S.M.

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde - SESMA

Origem: 3º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência, Idosos, e Acidentados de Trabalho da Capital

Assunto: Apurar a qualidade do atendimento dispensado pela Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua a paciente idoso, quanto à viabilização no fornecimento de medicamento.

3.3.4. Processo nº 000050-012/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Poder Público Municipal

Origem: PJ de Óbidos

Assunto: Apurar denúncia de possíveis irregularidades, no que tange às péssimas condições de higiene na feira do produtor do município

3.3.5. Processo nº 000216-117/2014

Requerente(s): E.L. e A.S./ Secretaria de Direitos Humanos da

Presidência da República - Disque 100

Requerido(s): Não Informado

Origem: 1º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto: Apurar possível situação de risco e negligência vivenciada por crianças

3.3.6. Processo nº 000866-450/2015

Requerente(s): Adolescentes / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - Disque 100

Requerido(s): Não informado

Origem: 2º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto: Apurar possível situação de risco vivenciada por adolescentes que estariam sendo vítimas de abuso sexual.

3.4. Processos de Relatoria do Conselheiro Luiz Cesar Tavares Bibas:

3.4.1. Processo nº 003367-477/2015

Requerente(s): M.N.M.S. / A.S.D.

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar a qualidade do atendimento dispensado pela Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua a paciente idosa.

3.4.2. Processo nº 000273-151/2015

Requerente(s): Ouvidoria do MP/PA

Requerido(s): Denúncia Anônima / Tribunal de Contas dos Municípios - TCM/PA

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM/PA), haja vista a intempestividade na publicação de atos administrativos.

3.4.3. Processo nº 000214-911/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Câmara Municipal de Marabá

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa em decorrência da atribuição de nome de pessoa viva a prédio público municipal

3.4.4. Processo nº 000552-477/2015

Requerente(s): J.C.S.

Requerido(s): J.C.S.

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar possível situação de vulnerabilidade vivenciada por pessoa portadora de necessidades especiais

3.4.5. Processo nº 000308-116/2013

Requerente(s): Ana Paula do Nascimento Velasquez

Requerido(s): A Coletividade

Origem: 1º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar a não implementação do ensino da língua espanhola na rede pública estadual de ensino.

4. O que ocorrer

Belém, 3 de fevereiro de 2017.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior

Protocolo: 143707

RECOMENDAÇÃO Nº 001/2017-MP/3ªPJ/DC

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, neste ato a Promotora de Justiça signatária, titular do 3º Cargo da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital, no uso de suas atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129, III da Constituição Federal de 1988; art. 25, IV, alínea "a", e art. 27, IV, parágrafo único, IV da Lei nº 8.625/1993, bem como o disposto no art. 55, IV da LC nº 057/2006 (Lei Orgânica do MPPA), e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF e art. 1º da Lei Orgânica MP nº 8.625/93); **CONSIDERANDO** que ao Ministério Público compete expedir recomendações com o objetivo de garantir o efetivo respeito aos interesses, direitos e bens, cuja defesa lhe cabe promover, no bojo do inquérito civil e ação civil pública, para a proteção de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público à defesa dos direitos do consumidor, bem como lhe compete, dentro de suas atribuições, promover a fiscalização do cumprimento dos mencionados direitos e sua adequação aos interesses sociais; **CONSIDERANDO** que a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito, à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos e a melhoria de sua qualidade de vida e a transparência e harmonia das relações de consumo, atendido o princípio da informação (art. 4º CDC); **CONSIDERANDO** que crianças e adolescentes são pessoas em